

Guerra às invasões

O Governo do Distrito Federal acaba de adotar uma oportuna medida para combater invasões de áreas públicas no território da Capital brasileira. A criação de um Grupo Especial de Fiscalização do Uso e Ocupação de áreas consideradas como zonas urbanas, dotado do poder de polícia, vai abrir espaços para uma atuação enérgica contra os profissionais que elegeram a angústia social das categorias sociais de baixa renda para explorá-las. Trata-se de uma atividade reprovável, induzindo levas e levas de família para a ocupação de terras públicas, expondo-as a humilhações e constrangimentos em decorrência das indispensáveis ações corretivas por parte do poder constituído em defesa do patrimônio que é bem comum.

O grupo deverá desenvolver as suas atividades em regimes de tempo integral e dedicação exclusiva, tendo em vista a amplitude dos espaços a serem fiscalizados. Também um apoio logístico, em termos de viaturas e de outros equipamentos, inclusive helicópteros, permitirá atuação eficiente e diversificada, capaz de refletir nos seus resultados a firme determinação governamental em coibir tais práticas.

Poucas autoridades no País possuem credenciais tão sólidas para reprimir os abusos praticados pelos invasores de terras públicas. A política de assentamento implementada pelo governador Joaquim Roriz tem apresentado resultados plenamente favoráveis às populações humildes, agindo e reagindo o GDF dentro de uma visão de inequívocas dimensões humanas e sociais para encaminhar, de forma disciplinada, as soluções de moradia para aqueles que não dispõem de teto.

Estão à vista de todos os objetivos até aqui alcançados pela política de assentamento. Em todo o Distrito Federal, novas áreas especiais foram reservadas para receber candidatos regularmente cadastrados, que a seu tempo foram e estão sendo contemplados num processo bem estruturado. Esse trabalho deve prosseguir sem solução de continuidade, dando sentido e conteúdo a uma obra social de grande envergadura que reclama para dar-lhe sustentação a paciência e a compreensão daqueles a quem ela se destina. Todas as famílias habilitadas terão a sua vez. Não há necessidade de invadir.